



**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA  
1ª VARA DO TRABALHO DE POÇOS DE CALDAS – MG**

**JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:  
DELANE MARCOLINO FERREIRA**



**JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRT da 3ª Região (MG)**

**Lei de Criação nº 6.563, 19-9-1978  
Data da instalação: 20-4-1979  
Data de implantação do PJe: 15-4-2013**

**Jurisdição:** Poços de Caldas, Andradas, Bandeira do Sul, Botelhos, Cabo Verde, Caldas, Campestre, Ibitiúra de Minas, Ipuíuna e Santa Rita de Caldas.

**Edital de Correição divulgado no DEJT em 6-11-2020, p. 5.**



## ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 31-7-2020

Às 8 horas do dia dezanove de novembro de 2020, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Ana Maria Amorim Rebouças**, Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Cisco Webex, instituída pela Portaria n. 61, de 31 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça na 1ª Vara do Trabalho de Poços de Caldas, situada na Avenida Dr. David Benedito Ottoni, 477, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico o MM. Juiz do Trabalho Substituto, Dr. **Luciano José de Oliveira**; o Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Felipe Soares de Medeiros; os servidores Ana Paula Fonseca Soares, Eduardo Rodrigues Guilger, Euzimar Aparecida Rodrigues Pelegrin, Fabiano Francisco dos Santos, Gustavo Henrique Rodrigues de Almeida, Maria Emilia Lambert Couto, Michelle Araújo da Silva, Mônica de Melo, Silvana de Carvalho Reis, Victor Emilio Feital Soares; o estagiário Lucas de Castro Rodrigues Pereira. Ausente o MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. **Delane Marcolino Ferreira**, em razão de convocação no Tribunal.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou:

### 1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

**1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES** – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 1.090 processos, distribuídos neste ano até o dia 6-11-2020, apurando-se a média de 5,5 processos por dia útil.

**1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS** – A Vara recebeu 63 cartas precatórias, dentre elas 17 executórias, até o dia 6-11-2020, das quais 14 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

**1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT** – Existe o registro de 538 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 221 processos foram remetidos neste ano até o dia 6-11-2020.

**1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO** – Há 19 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.



**1.5. CARGA PARA PERITOS** – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 34 processos com perícia designada.

**1.6. MANDADOS EXPEDIDOS** – Constam 765 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 34 pendentes de cumprimento, no prazo.

**1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO** – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 2 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), não há processos sobrestados já julgados, com incidentes de Repercussão Geral, pelo STF.

Processos examinados na correição, por amostragem, temas ainda não julgados:

0010347/20; sobrestado aguardando decisão de conflito negativo de competência;

0011543/17: sobrestado aguardando decisão de de outra ação.

Recomenda-se, ainda, que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema E-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema E-Gestão 1º Grau ([http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o\\_1%C2%BA\\_Grau](http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau)).

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link [https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha\\_NUGEP.pdf](https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf)

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

**1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO** – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento – 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 39% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Poços de Caldas - 01a Vara				
Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019	3º trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)
Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)	33,26	35,50	34,83	31,25	37,49



**1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -**

**FASE DE CONHECIMENTO** (de 1º-1-2020 até 6-11-2020)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	209
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	374
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	12

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos sem audiência designada durante a fase de instrução: São os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	13
---	----

Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, "são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2016	2	4
2017	6	3
2018	12	2



2019	99	1
2020 – ano de referência	473	
<b>TOTAL</b>	592	0,25

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de novembro até o dia 26-11):

<b>Processo</b>	<b>Tarefa</b>
0010989-80.2013.5.03.0073	Aguardando prazo
0011000-12.2013.5.03.0073	Aguardando audiência
0010476-44.2015.5.03.0073	Aguardando final do sobrestamento
0010132-29.2016.5.03.0073	Aguardando audiência
0010334-06.2016.5.03.0073	Aguardando audiência
0010451-60.2017.5.03.0073	Aguardando audiência
0011041-37.2017.5.03.0073	Aguardando audiência
0011264-87.2017.5.03.0073	Cumprimento de Providências
0011486-55.2017.5.03.0073	Cumprimento de Providências
0011524-67.2017.5.03.0073	Aguardando audiência
0011551-50.2017.5.03.0073	Aguardando prazo
0010081-47.2018.5.03.0073	Análise
0010114-37.2018.5.03.0073	Aguardando audiência
0010327-43.2018.5.03.0073	Aguardando audiência
0010358-63.2018.5.03.0073	Aguardando audiência
0010482-12.2018.5.03.0149	Aguardando final do sobrestamento
0010495-11.2018.5.03.0149	Aguardando final do sobrestamento
0010728-42.2018.5.03.0073	Aguardando audiência
0010850-55.2018.5.03.0073	Aguardando prazo
0010909-43.2018.5.03.0073	Aguardando audiência

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

<b>FASE</b>	<b>Situação</b>	<b>Quantidade de processos</b>
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	0
	Processos pendentes de baixa -	705



	fase de conhecimento (item 90377)	
--	-----------------------------------	--

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	0
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	228

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	0
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	762

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	12

**1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO** – A taxa de congestionamento na fase de execução – 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 59% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).



Vara do Trabalho	Poços de Caldas - 01a Vara				
Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019	3º trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	82,40	72,73	67,76	46,26	65,87

Existem 1.013 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 663 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 29 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 321 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;
- d) não há processos no arquivo temporário, extração personalizada do SIAP1.

Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2020 até 06/11/2020

No ano anterior, até dia 06/11/2019 – havia 892 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 537 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 1 processo suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 354 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de novembro até o dia 6-11):

Processo	Tarefa
0010049-18.2013.5.03.0073	Aguardando final do sobrestamento
0010258-84.2013.5.03.0073	Aguardando final do sobrestamento
0010502-13.2013.5.03.0073	Aguardando final do sobrestamento
0010481-37.2013.5.03.0073	Cumprimento de Providências
0011051-23.2013.5.03.0073	Cumprimento de Providências
0010962-97.2013.5.03.0073	Aguardando prazo
0010302-69.2014.5.03.0073	Cumprimento de Providências
0010475-30.2013.5.03.0073	Aguardando final do sobrestamento
0010542-92.2013.5.03.0073	Aguardando prazo
0011025-25.2013.5.03.0073	Análise



0010197-29.2013.5.03.0073	Aguardando prazo
0011090-83.2014.5.03.0073	Cumprimento de Providências
0010783-66.2013.5.03.0073	Cumprimento de Providências
0010450-17.2013.5.03.0073	Cumprimento de Providências
0010298-66.2013.5.03.0073	Arquivo provisório
0011487-45.2014.5.03.0073	Cumprimento de Providências
0011488-30.2014.5.03.0073	Aguardando apreciação pela instância superior
0010437-81.2014.5.03.0073	Cumprimento de Providências
0010406-61.2014.5.03.0073	Cumprimento de Providências
0010876-29.2013.5.03.0073	Aguardando prazo

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (mês de novembro 2020 apurado até dia 6-11):

<b>Decisões na execução</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
01-JANEIRO	33	13
02-FEVEREIRO	124	60
03-MARÇO	23	30
04-ABRIL	318	43
05-MAIO	32	31
06-JUNHO	36	24
07-JULHO	42	25
08-AGOSTO	36	62
09-SETEMBRO	27	53
10-OUTUBRO	84	38
11-NOVEMBRO	47	12
<b>Totais</b>	<b>802</b>	<b>391</b>

Decisões por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11
	2	15						1	1		1
DELANE MARCOLINO FERREIRA				5		2	13	34	3		
FABRÍCIO LIMA SILVA	11	44	2	36		22	1	26			
LUCIANO JOSÉ DE OLIVEIRA										9	
MURILLO FRANCO CAMARGO								1			
TÁLIA ALVES RESENDE GONÇALVES							11				
RENATO DE SOUSA RESENDE									21		
ROSERIO FIRMO		1	28	2	31				28	3	
WILLIAM MARTINS										26	11
<b>Totais</b>	<b>13</b>	<b>60</b>	<b>30</b>	<b>43</b>	<b>31</b>	<b>24</b>	<b>25</b>	<b>62</b>	<b>53</b>	<b>38</b>	<b>12</b>

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (mês de novembro 2020 apurado até dia 6-11):

<b>Alvarás</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
01-JANEIRO	65	41



02-FEVEREIRO	58	47
03-MARÇO	37	40
04-ABRIL	61	7
05-MAIO	60	21
06-JUNHO	36	30
07-JULHO	59	45
08-AGOSTO	55	36
09-SETEMBRO	28	38
10-OUTUBRO	63	31
11-NOVEMBRO	47	7
<b>Totais</b>	<b>569</b>	<b>343</b>

**1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES:** de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 6-11-2020, existem 25 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	0
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	23
Tutelas Provisórias Pendentes	2
<b>Total</b>	<b>25</b>

**2. PROCESSOS EXAMINADOS** – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 19-11-2020 havia 3 processos:

- a) **instrução:** 2 processos;
- b) **inquirição de testemunha:** 1 processo.

Foram examinados os autos dos processos 0010588/20, 0011275/19, 0010953/20.

**RESULTADO:** os processos encontram-se em ordem.



**2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.**

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Pannel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 18-11-2020, 12 processos físicos no total, dentre eles, não há processo migrável.

Exame dos autos dos processos 0011050/20, 0011084/20, 0011114/20, 0011032/20, 0011087/20, 0010972/20, 0011043/20, 0010953/20, 0010474/20, 0011016/20, 0010347/20, 0011543/17, 0010952/20, 0011013/20, 0010964/20, 0010885/20, 0010916/20, 0010942/20, 0010909/20, 0010882/20, 0010865/20, 0011014/19, 0010853/20, 0010917/20, 0010682/20, 0011355/19, 0010687/20, 0010696/20, 0010838/20, 0010770/20, 0010769/20, 0010735/20, 0010537/20, 0011352/19, 0010532/20, 0010715/20, 0010421/20, 0010935/19, 0010823/19, 0010427/19, 0011278/19, 0010068/20, 0011206/19, 0011303/19, 0010494/20, 0010040/20, 0010682/19, 0010557/19, 0010558/20, 0010564/18, 0011034/19, 0011207/18, 0010970/20, 0010621/20, 0010658/20, 0010250/20, 0010428/20, 0010943/20, 0010431/20, 0010485/20, 0010445/20, 0010880/20, 0010796/19, 0010002/20, 0011083/18, 0010720/18, 0010432/18, 0010337/19, 0010378/19, 0010360/19, 0010823/18, 0011604/16, 0010401/19, 0010671/19, 0010847/19, 0011156/19, 0011222/19.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

-0010952/20, 0011013/20, 0010964/20, 0010885/20, 0010916/20, 0010942/20: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias.

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

**2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

**2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 21 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa
0000702-92.2012.5.03.0073	Aguardando apreciação pela instância superior
0010078-92.2018.5.03.0073	Aguardando apreciação pela instância superior



0010177-62.2018.5.03.0073	Aguardando apreciação pela instância superior
0010252-72.2016.5.03.0073	Prazos Vencidos
0010253-91.2015.5.03.0073	Elaborar despacho
0010413-82.2016.5.03.0073	Aguardando apreciação pela instância superior
0010484-16.2018.5.03.0073	Aguardando apreciação pela instância superior
0010666-41.2014.5.03.0073	Aguardando apreciação pela instância superior
0010693-19.2017.5.03.0073	Aguardando apreciação pela instância superior
0010804-03.2017.5.03.0073	Aguardando apreciação pela instância superior
0010888-67.2018.5.03.0073	Aguardando prazo
0010911-76.2019.5.03.0073	Cumprimento de Providências
0010924-41.2020.5.03.0073	Aguardando audiência
0011039-38.2015.5.03.0073	Cumprimento de Providências
0011081-58.2013.5.03.0073	Aguardando apreciação pela instância superior
0011081-82.2018.5.03.0073	Aguardando prazo
0011203-66.2016.5.03.0073	Arquivo
0011304-40.2015.5.03.0073	Aguardando prazo
0011376-56.2017.5.03.0073	Aguardando prazo
0011518-60.2017.5.03.0073	Aguardando apreciação pela instância superior

**2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 6 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010207-97.2018.5.03.0073	Aguardando prazo
0010427-27.2020.5.03.0073	Cumprimento de Providências
0011010-12.2020.5.03.0073	Aguardando audiência
0011011-94.2020.5.03.0073	Aguardando audiência
0011085-51.2020.5.03.0073	Aguardando audiência
0011500-39.2017.5.03.0073	Aguardando apreciação pela instância superior

**3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –**

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo/ordinário	42	39	56



Instrução processo físico	-	-	-
Instrução processo eletrônico	205	153	114

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

**Disponibilidade de Pauta/dias úteis**

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo	12	11	09/12/2020 – 14 dias
Procedimento Ordinário	24	15	09/12/2020 – 14 dias
Instrução	95	97	15/06/2021 – 117 dias

**PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2020 até 6-11-2020).**

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	940	116

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	427	182

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corri-



		dos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	1	3.014
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	239	1.092
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	60	703

No ano 2019, apurou-se que, em 227 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2019	Média/dia útil
Julgados procedentes	49	0,2
Julgados procedentes em parte	585	2,5
Julgados improcedentes	117	0,5
Extintos com resolução de mérito	10	0,04
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
<b>Total com exame de mérito</b>	<b>761</b>	<b>3,3</b>
Extintos sem resolução de mérito	80	0,3
Arquivamento	84	0,3
Desistência	70	0,3
Outras decisões sem exame de mérito	65	0,2
<b>Total sem exame de mérito</b>	<b>299</b>	<b>1,3</b>



Decisões de conhecimento	1.060	4,6
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	183	0,8
Decisões na fase de execução	77	0,3
<b>Total</b>	<b>1.320</b>	<b>5,8</b>

No ano de 2020, até o dia 6-11, com 102 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	<b>Ano Atual</b>	<b>Média dia/útil</b>
Julgados procedentes	37	0,1
Julgados procedentes em parte	332	1,6
Julgados improcedentes	55	0,2
Extintos com resolução de mérito	9	0,04
Outras decisões com resolução de mérito	2	0,01
<b>Total com exame de mérito</b>	<b>435</b>	<b>2,2</b>
Extintos sem resolução de mérito	58	0,2
Arquivamento	31	0,1
Desistência	31	0,1
Outras decisões sem resolução de mérito	57	0,2
<b>Total sem resolução de mérito</b>	<b>177</b>	<b>0,9</b>
Decisões de conhecimento	612	3,1
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	111	0,5
Decisões na fase de execução	57	0,2
<b>Total</b>	<b>780</b>	<b>3,9</b>

#### 4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

– Em outubro de 2020, com 20 dias úteis, realizaram-se:

<b>Audiências</b>	<b>Número de Audiências/ Mês</b>	<b>Média/dia útil</b>
-------------------	----------------------------------	-----------------------



Conciliação em conhecimento	2	0,1
Conciliação em execução	8	0,4
Encerramento de instrução <small>Os encerramentos de instrução não são somados</small>	0	0
Inicial/Inicial (rito sumaríssimo)	41	2,05
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução/Instrução (rito sumaríssimo)	30	1,5
Una/Una (rito sumaríssimo)	68	3,4
<b>Total</b>	<b>149</b>	<b>7,4</b>

No mês de outubro de 2020, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 50 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Mês de novembro 2020 apurado até dia 6-11:

Conciliação por fases	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
01-JANEIRO	33	24	1	7	4	
02-FEVEREIRO	56	38	4	2	1	
03-MARÇO	32	24	4	2	1	
04-ABRIL	51	9			2	
05-MAIO	32	22	6		2	
06-JUNHO	23	56	1	1	2	2
07-JULHO	58	48	4	6	1	2
08-AGOSTO	48	29	6	1		2
09-SETEMBRO	51	41	9	2	6	3
10-OUTUBRO	41	51	10	8	6	3
11-NOVEMBRO	33	10	8	2	2	1
<b>Totais</b>	<b>458</b>	<b>352</b>	<b>53</b>	<b>31</b>	<b>20</b>	<b>20</b>



Cancilação por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11
DELANE MARCOLINO FERREIRA				7		8	32	17	3		
FABRÍCIO LIMA SILVA	35	40		1		25		15			
LUCIANO JOSÉ DE OLIVEIRA										15	
NATÁLIA ALVES RESENDE GONÇALVES							24				
RENATO DE SOUSA RESENDE									6		
ROSERIO FIRMO			27	1	24				37	1	
WILLIAM MARTINS						26				46	13
<b>Totais</b>	<b>35</b>	<b>40</b>	<b>27</b>	<b>9</b>	<b>24</b>	<b>59</b>	<b>56</b>	<b>32</b>	<b>46</b>	<b>62</b>	<b>13</b>

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de novembro 2020 apurado até dia 6-11):

Audiências	2019	2020
01-JANEIRO	117	105
02-FEVEREIRO	250	154
03-MARÇO	163	104
04-ABRIL	207	
05-MAIO	198	116
06-JUNHO	104	231
07-JULHO	301	148
08-AGOSTO	180	160
09-SETEMBRO	208	168
10-OUTUBRO	175	149
11-NOVEMBRO	157	36
<b>Totais</b>	<b>2060</b>	<b>1371</b>

Pessoa 1	2020/01	2020/02	2020/03	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11
DELANE MARCOLINO FERREIRA					18	89	87	13		
FABRÍCIO LIMA SILVA	105	154			140	1	73			
LUCIANO JOSÉ DE OLIVEIRA									37	
NATÁLIA ALVES RESENDE GONÇALVES						58				
RENATO DE SOUSA RESENDE								40		
ROSERIO FIRMO			104	116				115		
WILLIAM MARTINS					73				112	36
<b>Totais</b>	<b>105</b>	<b>154</b>	<b>104</b>	<b>116</b>	<b>231</b>	<b>148</b>	<b>160</b>	<b>168</b>	<b>149</b>	<b>36</b>

Foram realizadas 93 audiências de 1-11-2020 até o dia 17-11-2020 e designadas 72 de 18-11-2020 até do dia 30-11-2020.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de novembro 2020 apurado até dia 6-11):



Sentenças	2019	2020
01-JANEIRO	95	94
02-FEVEREIRO	149	122
03-MARÇO	95	100
04-ABRIL	118	31
05-MAIO	147	52
06-JUNHO	130	142
07-JULHO	186	108
08-AGOSTO	116	78
09-SETEMBRO	128	69
10-OUTUBRO	137	144
11-NOVEMBRO	120	23
<b>Totais</b>	<b>1421</b>	<b>963</b>

Sentenças por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11
ALESSANDRA JUNQUEIRA FRANCO	36										
DELANE MARCOLINO FERREIRA	5			13		10	64	40	18		
FABRICIO LIMA SILVA	53	117	24	5		68	12	27			
LUCIANO JOSE DE OLIVEIRA										24	
NATÁLIA ALVES RESENDE GONÇALVES							31	11			
RENATO DE SOUSA RESENDE									12		
ROSERIO FIRMO		5	76	13	52	8			39	35	
WILLIAM MARTINS						56	1			85	23
<b>Totais</b>	<b>94</b>	<b>122</b>	<b>100</b>	<b>31</b>	<b>52</b>	<b>142</b>	<b>108</b>	<b>78</b>	<b>69</b>	<b>144</b>	<b>23</b>

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (mês de novembro 2020 apurado até dia 6-11):

Despachos	2019	2020
01-JANEIRO	680	977
02-FEVEREIRO	1181	1717
03-MARÇO	1003	1369
04-ABRIL	1320	476
05-MAIO	1374	1125
06-JUNHO	1200	1614
07-JULHO	1173	1586
08-AGOSTO	2104	1420
09-SETEMBRO	2034	1498
10-OUTUBRO	2314	1546
11-NOVEMBRO	1874	369
<b>Totais</b>	<b>16257</b>	<b>13697</b>

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, mediante informação do Secretário da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 9 horas. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para



as de procedimento sumaríssimo, 5 minutos para as de procedimento ordinário e de 20 minutos para as instruções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declara o magistrado, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

#### 5. Produtividade –

<b>Movimentação Anual de Processos</b>			
	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020 até 6-11</b>
	1.165	1.364	1.090
Processos recebidos			
Média por dia útil	5,2	6,0	5,5
Processos remanescentes do ano anterior	720	632	619
	22	14	4
Sentenças anuladas			
<b>Total de processos para solução</b>	<b>1.907</b>	<b>2.010</b>	<b>1.713</b>
	1.358	1.518	963
Processos solucionados			
	533	458	351
Processos conciliados			
Produtividade	71,21%	75,52%	56,21%

Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 17% em relação ao número de processos recebidos no ano 2018. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2019 houve um aumento de 4,3%.

**5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST)** – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.



**MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE:** (de 1º-1-2020 até 6-11-2020)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	351
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	963

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	963
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	1.094

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	431
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	334

**MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO:** (de 1º-1-2020 até 6-11-2020)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	705
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	940



2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	762
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	341

**MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2020 até 6-11-2020)**

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	940
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	341
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	11

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	705
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	762
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes	11



exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)

Perfil da Vara do Trabalho		Poços de Caldas - 01a Vara			
Indicadores / Período de referência	Ano 2019 01/01/2019 a 31/12/2019	1º trim 2020	2º trim 2020	3º trim 2020	
		01/04/2019 a 31/03/2020	01/07/2019 a 30/06/2020	01/10/2019 a 30/09/2020	
<b>Indicadores</b> I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,15	0,65	0,44	0,29	
I02 - Pendentes	1.499	1.435	1.445	1.680	
I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	
I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	155,31	145,54	138,85	132,15	
I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	174,97	185,47	191,14	189,20	
I06 - Prazo médio na execução (em dias)	2.052,80	1.970,55	1.487,03	1.378,67	
I07 - Taxa de conciliação (%)	29,62	28,58	30,98	33,42	
I08 - Taxa de solução (%)	110,87	109,45	102,25	89,42	
I13 - Taxa de execução (%)	413,17	329,66	235,71	115,56	
I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	31,15	29,48	33,10	37,49	
I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	46,26	50,42	61,41	65,87	
I11 - Produtividade por servidor	191,45	182,18	148,45	140,36	
I12 - Pendentes por	115,18	111,18	111,55	132,55	



	servidor				
<b>Meso</b>	Acervo	0,21	0,26	0,24	0,26
	Celeridade	0,37	0,37	0,33	0,34
	Produtividade	0,47	0,55	0,57	0,66
	Congestionamento processual	0,44	0,46	0,56	0,57
	Força de trabalho	0,41	0,42	0,47	0,47
<b>Macro</b>	<b>IGEST</b>	<b>0,3791</b>	<b>0,4103</b>	<b>0,4342</b>	<b>0,4583</b>
	Posição IGEST	43	61	78	94
	Movimentação processual	1001 a 1500	1001 a 1500	1001 a 1500	1001 a 1500

## 6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$3.601.050,69	R\$218.470,42

**7. PORTARIAS** – De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, encontra-se em vigor a Portaria 1/2018, que dispõe sobre a criação da Comissão de Desfazimento de Bens.

**8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA** – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

**9. DA SECRETARIA** – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que não foram encontrados excessos de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

## 10. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT-MG devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:



**Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.**

Em 2019, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 110,44% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 107,48% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 79,65%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 86,8%.

**Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.**

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 107,31%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 100,28% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

**Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.**

Em 2019, quando a Meta era “manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 74,19% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,50% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, divergente do valor divulgado pelo CNJ igual a 102%. Os métodos de cálculo que os dois Conselhos utilizam são distintos).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 41,87% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 49,48%.

**Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.**

Em 2019, quando a Meta era “baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 104,98%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a



Meta. O resultado deste Regional foi de 123,07% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, praticamente igual ao valor divulgado pelo CNJ de 123,06%).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 63,70% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 100,59%.

**Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT:** Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,04% do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 98,06% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

**Meta 5 CSJT:** Tempo médio de duração do processo – Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2019, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2017 (de 170 dias), em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 174,60 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 224 dias (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2019 era de 166 dias.

O percentual de cumprimento desta unidade foi de 105,18%, não tendo cumprido a Meta, enquanto que para o TRT-MG este percentual foi de 64,92%, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta.

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o tempo médio alcançado foi de 117,66 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 169,24 dias.

**11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL** – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

**12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA** – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as



determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

### **12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:**

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

### **13. RECOMENDAÇÕES:**

#### **13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:**

Recomenda-se que, quando da publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção, seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, ao Secretário e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

#### **13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:**

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

- 1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;
- 2) inseridos em pauta os processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas constantes da tabela do item 1.9 desta Ata;
- 3) envidados esforços para a redução do prazo de designação de instrução;
- 4) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;



5) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;

6) reduzida a quantidade de processos na fase execução, tendo em vista o aumento do número de processos no ano de 2020 em relação ao mesmo período do ano 2019, conforme o item 1.10 da ata;

7) saneados os processos incidentais à fase de execução, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;

8) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;

9) envidados esforços para o cumprimento da Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017 e a Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017, tendo em vista que estas não foram atingidas no ano 2019;

10) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;

11) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional e que o atendimento também seja por meio de videoconferência a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes que atuam no exercício do jus postulandi, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, durante a pandemia da Covid-19 e a habilitação das funcionalidades siga-me ou WhatsApp Business;

12) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis.



[https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj\\_internet/aceso-restrito/](https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/aceso-restrito/) (extratos da caixa econômica federal) e <https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335> (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

13) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

14) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data aprazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

### **13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2019:**

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) promovida a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, num total mensal de no mínimo 30 audiências, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR Nº 112, de 1ª de julho de 2019, publicada no DJE de 1º-7-2019 dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

**14. OBSERVAÇÕES FINAIS** – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão



institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

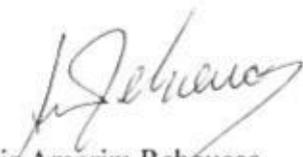
Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU) que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16 que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 11h15min do dia dezanove de novembro de 2020, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 184/2020, publicado no DJe 6-11-2020, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Jânio Júlio Fernandes.

  
Ana Maria Amorim Rebouças

Desembargadora Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO  
DE OLIVEIRA  
JUNIOR:30831138

Assinado de forma digital por MOZART  
SECUNDINO DE OLIVEIRA JUNIOR:30831138  
Data: 2020.11.19 16:35:56 -0100

Mozart Secundino de Oliveira Júnior  
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria